

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 42

Data: 25 de Novembro de 1977 Pg.: _____

MDB não aceita o relatório final da CPI do índio

Da sucursal e do correspondente

Os deputados do MDB que integram a CPI do índio não aceitaram o relatório final do deputado Ubaldo Correa (Arena-AM) e apresentaram um voto em separado, divulgando um amplo documento que aponta as principais distorções que ocorrem na aplicação da política indigenista brasileira, bem como um levantamento geral das áreas indígenas invadidas. Antes de o MDB optar pela não aceitação do relatório oficial, o deputado Aírton Soares disse que Ubaldo Correa apresentou um trabalho que não reflete a realidade indígena transmitida aos deputados pelos diversos depoentes e nas duas viagens realizadas a várias tribos promovidas pela comissão.

O relatório foi aprovado por seis votos de deputados arenistas, contra cinco do MDB e, o voto em separado já vinha sendo esperado, pois, desde o início dos trabalhos da CPI, os deputados opositores acusavam Ubaldo Correa de estar sendo diretamente assessorado pela Fundação Nacional do Índio. Segundo Aírton Soares, o relatório oficial apenas propõe um amplo programa de trabalho para a Funai, pedindo, ainda, a rápida demarcação das áreas indígenas e a expulsão dos invasores.

O relatório aprovado ressalta, em quase todos os temas abordados, as qualidades da atual administração da Funai, dirigida pelo general Ismarth de Araújo Oliveira; levanta a necessidade de uma maior fiscalização do trabalho das missões religiosas que atuam em áreas indígenas; a necessidade de acabar com a implantação de projetos agropecuários nessas áreas;

a urgência de uma rápida regulamentação do Estatuto do Índio e a destinação de maiores recursos à Funai, que estaria sendo prejudicada, em seu trabalho, por insuficiência de verbas. O relator, contrariando a posição manifestada pela maioria das pessoas ouvidas, não vê nenhum inconveniente na ligação da Funai ao Ministério do Interior, "apesar de suas atribuições desenvolvimentistas".

O relatório defende também a continuação da tutela exercida pela Funai, considerando que ela dá segurança às comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que não tolhe a participação do índio na vida nacional.

No seu voto em separado, o MDB sugeriu a constituição de uma Comissão Permanente de Política Indigenista na Câmara que se responsabilizaria pelo acompanhamento constante da situação dos índios. Segundo os deputados, a regulamentação do Estatuto do Índio e reformulação da Funai, amplamente anunciadas pelo ministro Rangel Reís, do Interior, e pelo próprio presidente da Funai exigem um acompanhamento cuidadoso por parte do Poder Legislativo para que não sejam introduzidas modificações que venham em prejuízo das comunidades indígenas.

O relatório do MDB apresenta um mapa da invasão das áreas indígenas, começando pelo Sul do País. Estas terras, segundo o trabalho, que se caracterizam por suas pequenas dimensões e grande densidade populacional, aliada ao elevado grau de invasão, vêm sendo objeto de exploração desde o começo do século. Das 24 reservas existentes na região, 14 foram invadidas por posseiros, arrendatários e titulados. A maioria delas perdem as grandes florestas de pinheiros e madeiras de lei que as cobriam.